



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

O NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA UFPB: HISTÓRIA E MEMÓRIA (2007-2015)¹

THE NUCLEUS OF CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS OF THE UFPB: HISTORY AND MEMORY (2007-2015)

RESUMO

Reconstituir a memória histórica do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, no recorte temporal de 2007 a 2015, permite refletir sobre a prática pedagógica dessa instituição², sua criação e formação, suas lutas na efetivação e promoção dos direitos humanos. Nessa configuração de reconstituição da memória e reconstrução da história, saberes e práticas se articulam e se completam, constituindo-se um conjunto qualitativo de conhecimentos, resultante do acontecimento que já se concretiza como história, em que se encontram elaborações guardadas e/ou transformadas pela memória. Segundo Le Goff (2003, p.447), “A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras [...]”. As instituições educacionais possuem notória importância para a comunidade na qual se inserem, pela sua história e sua função educativa, em específico, o NCDH, que guarda um significado de lutas contra as violações de direitos e atuações no âmbito do

ensino, pesquisa e extensão. Assim, as memórias históricas desse espaço educativo não podem ser apagadas ou esquecidas. Dado o exposto, este artigo discute a memória histórica do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH - da UFPB, no sentido de compreender os processos de sua criação, analisar sua permanência e importância para a comunidade acadêmica e sociedade como promotor/defensor dos Direitos Humanos. Para tanto, articulamos saberes e significados promovendo interpretações sobre suas experiências, documentos e práticas educativas, possibilitando interfaces entre memória, história e direitos humanos. Encontramos na pesquisa historiográfica os caminhos teórico-metodológicos utilizando fontes escritas (bibliográficas, documentais, legais) e iconográficas. A pesquisa historiográfica é reconhecida como importante instrumento de reconstituição histórica, por se tratar de um enfoque que revela marcas e processos socioculturais, rupturas e constâncias, as relações e a constituição educativa do ser humano.

¹Artigo referente à pesquisa desenvolvida no Projeto de Iniciação Científica PIBIC/UFPB 2016/2017: MEMÓRIA HISTÓRICA DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS: *O NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA UFPB: HISTÓRIA E MEMÓRIA (2007-2015)*.

²No desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica e na escritura desse artigo, tratamos o NCDH como Instituição educativa, por desenvolver funções que o caracterizam como tal, atuando nos espaços do ensino, pesquisa e extensão, apesar de sabermos constituir-se em um Órgão da UFPB.



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –

Universidade Federal da Paraíba

Palavras-chave: Memória, direitos humanos, NCDH.

ABSTRACT

Reconstructing the historical memory of the Nucleus of Citizenship and Human Rights of the Federal University of Paraíba, in the temporal cut from 2007 to 2015, allows us to reflect on the pedagogical practice of this institution, its creation and formation, its struggles in the implementation and promotion of human rights. In this configuration of reconstitution of memory and reconstruction of history, knowledge and practices are articulated and completed, constituting a qualitative set of knowledge, resulting from the event that is already concretized with history, in which are stored and / or transformed elaborations by memory. According to Le Goff (2003, p.447), "Memory is a glorious and admirable gift of nature, through which we revoke past things, embrace the present and contemplate future ones [...]". Educational institutions are of great importance to the community, in which, through their history and their educational function, the NCDH, which has a meaning of struggles against violations of

rights and actions in teaching, research and extension, are inserted. Thus, the historical memories of this educational space cannot be erased or forgotten. Given the above, this article discuss the historical memory of the Nucleus of Citizenship and Human Rights - NCDH - of the UFPB, in order to understand the processes of its creation, analyze its permanence and importance to the academic community and society as promoter / defender of human rights. For that, we articulate knowledge and meanings by promoting interpretations about their experiences, documents and educational practices, enabling interfaces between memory, history and human rights. We find in the historiographic research the theoretical-methodological paths using written sources (bibliographical, documentary, legal) and iconographic. Historiographical research is recognized as an important instrument of historical reconstitution, because it is an approach that reveals sociocultural marks and processes, ruptures and constants, relationships and the educational constitution of the human being.

Key words: Memory, human rights, NCDH.

Introdução

Os estudos sobre a memória histórica vêm conquistando espaço no processo educacional brasileiro, a partir principalmente, do período pós-ditadura civil-militar, quando surgem na América Latina processos de construção de políticas pela memória, tornando-se necessário quebrar os “limites do privilegio e dos preconceitos” colocados pela “cultura política do esquecimento” (VIOLA, 2010, p. 22). Nessa perspectiva, a memória situa-se então no espaço do "direito às informações referentes ao passado e ao



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

presente" (FERREIRA, 2007, p.135), do direito à educação pelos conhecimentos fomentados nos espaços de memória individual e coletiva.

Nesse sentido, a história de instituições educacionais em direitos humanos, representada pela memória, contribui para a explicação dos acontecimentos, movimentos, teorias, discursos educacionais esquecidos pelo grande público. É como afirma Pollak (1992): é necessário desvendar as memórias enterradas.

A preocupação com o dever e com o direito de memória, no sentido do dever de não esquecer e do direito à informação [...] aponta para a necessidade de revisitar o passado, de recolher artefatos, em um trabalho de elucidação criativa, em que passado e presente se encontram, interrogam-se, dialogam, buscam explicações sobre as continuidades, permanências e rupturas do tempo histórico (CARVALHO, 2016, p. 1).

Com isso, referir uma instituição educativa não significa meramente descrevê-la, mas contextualizá-la e esclarecê-la em sua realidade abrangente que constitui seu próprio sistema educativo, não perdendo de vista sua especificidade, mas ao mesmo tempo compreendendo sua totalidade. Significa também, compreender as representações construídas pelos sujeitos que dela participaram/participam, considerando as marcas da cultura escolar que a identificam.

Nesse sentido, estabelecem-se conexões entre educação, instituição e história da educação, refletindo sobre o campo e objeto da educação, sobre o referente institucional e suas representações na história da educação, destacando-se que a educação é interativa e integrativa, ou seja, “a educação é o processo de humanidade e via de humanidade” (MAGALHÃES, 2004, p.20).

Nessa configuração, constitui-se como propósito do atual trabalho discutir a memória histórica do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH - da UFPB, no recorte temporal de 2007 a 2015, como estratégia para fomentar o direito à memória, abordando os três polos de desenvolvimento do trabalho pedagógico dessa instituição: ensino, pesquisa e extensão. Tal perspectiva possibilitou compreender a abordagem, a



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

memória, a construção da história do NCDH e suas contribuições para a História da Educação e dos Direitos Humanos.

Percursos de reconstituição da memória histórica

O trabalho utilizou-se do enfoque qualitativo, adotando uma abordagem historiográfica, que permitiu reconstituir “lugares de memória” (LE GOFF, 2003, p. 430), configurando-se como importante investigação para a escrita da história das instituições educativas e dos Direitos Humanos na UFPB. Elucidamos que nesse estudo, a história foi considerada como representação do real, de acontecimentos passados / presentes. Já a memória foi compreendida como direito e como dever, como direito de lembrar e como dever de não esquecer.

Em concordância, a metodologia utilizada viabilizou uma investigação interdisciplinar, contemplando a articulação entre história, memória e Educação em Direitos humanos, propondo a análise de documentos referentes à criação, a processos de atuação e a práticas educacionais desenvolvidas pelo Núcleo, sua cultura escolar; como também, documentos legais, normativas internacionais (Pactos, Convenções, Tratados) e nacionais (Constituição Federal). Além das fontes escritas, as fontes iconográficas contribuíram para a análise e o desenvolvimento da onipresença mnemônica e a suposta objetividade da história.

Dessa forma, foram realizados estudos teórico-metodológicos em locais como: Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, Biblioteca Setorial em Direitos Humanos, Enzo Melegari, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - que se localiza no Bloco A, da Central de Aulas do Campus I, da UFPB; bem como, visitas aos arquivos do Núcleo e o contato com fontes escritas, possibilitando o entendimento de sua memória histórica e o trabalho educativo desenvolvido no ensino, pesquisa e extensão.

Compreendemos, ainda, a história de suas lutas e defesa pela concretização dos Direitos Humanos, ao participarmos de eventos que contemplaram o tema de interesse.

Figura 1 – Fachada do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos



Fonte: Arquivo do Projeto PIBIC 2016/2017

Empreendendo um trabalho de cruzamento de fontes e interpretação de dados e discursos, evidenciou-se que para compreender a prática institucional em Direitos Humanos seria necessário compreender o contexto histórico que projetou sua inserção na educação superior e na universidade, especificamente, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Nesse sentido, as universidades públicas que se constituem em instituições de ensino superior partilharam o período referente à Ditadura Civil-Militar que representou um momento autoritário, marcado por interferências na educação, uma vez que as decisões e ações educacionais estavam submetidas ao controle e imposições do regime ditatorial, estabelecido nos anos de 1964 a 1985.

Neste cenário, o processo de implantação dos Direitos Humanos na Universidade Federal da Paraíba inicia-se nos anos 1970, com ações de solidariedade ativa e de resistência às formas de violência estrutural que representaram um golpe na liberdade de pensamento e de expressão de professores e alunos, liberdade tão defendida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

No transcorrer da consolidação do processo democrático, em março de 1989, ocorre na UFPB a criação da Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão - CDHC, sob a

coordenação do professor Rubens Pinto Lira. O Professor, em articulação com professores e funcionários técnicos-administrativos, implementou a criação de um espaço institucional que conduziu a universidade para a incumbência de promover e defender os direitos humanos, tornando-se pioneira no Brasil, como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 1: Comissões de Direitos Humanos em Universidades: pioneirismo da UFPB

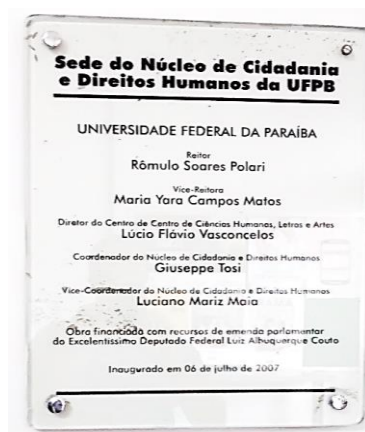
COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS EM UNIVERSIDADES	ANO
Comissão dos Direitos do Homem e do Cidadão da UFPB	1989
Comissão de Direitos Humanos da USP	1998
Comissão de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara da UFPE	1998
Comissão de Direitos Humanos da UFS	2003

Fonte: Araújo; Momesso, 2006; Marcílio, 2007 (*apud* ZENAIDE, 2010, p. 255)

Por meio da Portaria nº 24/1996, a CDHC tem sua nomenclatura alterada para Comissão de Direitos Humanos - CDH. Para associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB e ampliar a pesquisa e pós-graduação em Direitos Humanos, foi criado, pela Resolução nº 009/2006 do Conselho Universitário (CONSUNI/UFPB), e inaugurado em 06 de julho de 2007, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH. A criação do Núcleo foi um desdobramento da Comissão de Direitos Humanos e um atendimento à disposição do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH -, que estimula a criação de centros de referência em direitos humanos e o intercâmbio de projetos, apoiando “a criação e o fortalecimento de fóruns, núcleos, comissões, centros de pesquisa e extensão destinados à promoção, defesa, proteção e ao estudo dos direitos humanos nas IES” (BRASIL, 2013, p.40).

MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

Figura 2 - Placa inaugural do NCDH



Fonte: Arquivo PIBIC 2016/2017

Trata-se, portanto, de uma esfera eminentemente interdisciplinar vinculada institucionalmente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA. Em pesquisas aos arquivos eletrônicos do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), constatamos a Resolução Nº 28/2006, que Aprova o Regimento do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, cuja estrutura, compreende: Conselho Técnico-Científico, Coordenação Geral, Secretária, Grupos Temáticos e Biblioteca Setorial em Direitos Humanos - Enzo Melegari. Além dessa estrutura administrativa, o Núcleo é constituído por membros de diversos centros da UFPB, de acordo com a Resolução.

Art. 5º O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos será constituído por docentes, pessoal técnico científico, servidores técnico-administrativos, discentes da UFPB e outros colaboradores, conforme deliberação do Conselho Técnico-Científico. Parágrafo Único. Os membros participantes do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos deverão apresentar projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de Direitos Humanos (CONSELHO SUPERIOR ..., 2017).

Nessa percepção, a referida instituição contém uma estrutura física constituída por uma sala de projetos, coordenação e secretaria do Núcleo, além da secretaria e



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

coordenação do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos – (PPGDH). O Programa foi aprovado em 28 de julho de 2011, dispondo da infraestrutura e dos equipamentos do NCDH, tendo por áreas de concentração as seguintes linhas de pesquisa:

- Direitos Humanos e democracia: teoria, história e política;
- Políticas públicas em educação em direitos humanos;
- Territórios, direitos humanos e diversidades socioculturais.

Convém ressaltar que, no ensino da Graduação, a UFPB tem promovido de modo transversal a implantação dos direitos humanos em projetos político-pedagógicos, bem como, em disciplinas facultativas e obrigatórias nos cursos de História, Serviço Social, Filosofia, Direito, Pedagogia e Relações Internacionais e por meio de estágios supervisionados.

No campo da pesquisa, a temática situa-se nos cursos de Pós-Graduação, em Especializações - Educação, Geografia, Sociologia, Serviço Social, História, Filosofia, Psicologia e Antropologia – e em Mestrados e Doutorados. As linhas de pesquisa são estruturadas a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Eixo histórico: história, memória e verdade;
- Eixo de Fundamentação: Teorias dos Direitos Humanos;
- Eixo Político: Democracia e Direitos Humanos;
- Eixo Educacional ou Formativo: Cultura e Educação em Direitos Humanos;
- Eixo dos Instrumentos Jurídicos de Promoção dos Direitos Humanos;
- Eixo de Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Podemos destacar que o Eixo Histórico: história, memória e verdade está associado ao aspecto da memória histórica do Eixo Orientador VI, Direito à Memória e à Verdade, do



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3, que dispõe sobre o “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado.” (BRASIL, 2017, p. 213). Ou seja, o direito humano à memória e à verdade entrelaçam-se com a estruturação de uma cultura igualitária e cidadã e com uma política de Direitos Humanos consolidada nos princípios de liberdade, igualdade, universalidade, tendo a educação como meio fundamental para efetuar e exigir outros direitos no que concerne ao individual e ao coletivo.

Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB: memória e história

Reconstituir a memória histórica de instituições educacionais em Direitos Humanos configura-se como relevante investigação para a escrita da História da Educação considerando a importância dessas instituições para o meio acadêmico e sociedade. Conforme Magalhães (2004, p.133), “Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas”.

Em face dessas considerações, o estudo foi concretizada como estratégia de fortalecimento de experiências educativas, possibilitando conexões entre memória histórica e direitos humanos, por compreender a importância da criação e atuação dessas instituições no cenário e momento atual, considerando suas contribuições para a prática formativa de pessoas nas esferas do ensino, pesquisa e extensão. Assim, compreender as representações das práticas educativas desenvolvidas por instituições na promoção e difusão dos direitos humanos, para a formação de uma cultura de educação em direitos humanos é importante, pois, segundo Aquino e Silva (2014): “as instituições educativas, por mais diversificadas que sejam surgem como localidades que devem ser consideradas como amostras expressivas dos procedimentos educativos em qualquer país” (p.134-135). De acordo com as autoras, as instituições educativas, no caso específico desse



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

estudo, o NCDH da UFPB, produzem e apontam caminhos para tentar “construir uma identidade histórica da instituição escolar, tomando em atenção às coordenadas de tempo e de espaço: quadros de mudança e quadros de permanência; relações entre o local/regional e o geral/nacional” (MAGALHÃES, 1996, apud AQUINO e SILVA, 2014, p. 134).

No delinear desse processo de restituição da memória histórica, convém ressaltar, que na Universidade Federal da Paraíba-UFPB, assim como em outras Instituições de Ensino Superior, com a instauração do Golpe Civil-Militar nos anos de 1964 a 1985, a gestão universitária sofreu impactos da violência institucional, marcando o autoritarismo no âmbito acadêmico, caracterizada pela censura política aos conteúdos e métodos educativos, perseguições a docentes, discentes e servidores. Compreendendo a memória como fonte pela qual podemos obter um conjunto de lembranças de um determinado acontecimento histórico, Flores; Ferreira; Melo (2014, p.66) ressaltam: “Nesse sentido, a memória se constitui num instrumento educativo fundamental para as gerações de hoje e do futuro, que não viveram esses acontecimentos e não têm a ideia das barbáries ocorridas no passado”.

O processo de implantação dos direitos humanos na UFPB é bastante prematuro, o que se comunica com a história de lutas por cidadania no Estado paraibano. Inicia-se na década de 1970, atravessando a conjuntura da transição ditatorial a redemocratização, com a instauração do processo democrático por meio da Constituição Federal de 1988. Assim, em 1989, foi criada em caráter provisório a Comissão dos Direitos Humanos e do Cidadão - CDHD, sob a coordenação do Professor Rubens Pinto Lyra, sendo instituída em 1990, tendo seis anos após, seu nome modificado para Comissão de Direitos Humanos - CDH.

Por conseguinte, como desdobramento, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB foi criado pela Resolução de nº09/2006 com a perspectiva de associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e ampliar a pesquisa e pós-graduação sobre a



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

temática dos Direitos Humanos. Representa uma instituição atuante nas três modalidades (polos), com pesquisas, ensino e extensão, intensa produção literária, estabelecendo parcerias, participação e promoção de eventos em Direitos Humanos. Dentre suas ações no âmbito educativo em prol do Direitos Humanos, destaca-se a criação do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH - como uma ação/estratégia eficaz na construção e na mobilização de vários setores da sociedade e da academia com o propósito de pensar as questões éticas e democráticas para a estruturação de indivíduos críticos e de um Estado Democrático de Direito.

No plano político institucional nacional, a partir de 1996, é criado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH I -, transformando os Direitos Humanos em eixo norteador e transversal de programas e projetos de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos. Em 2002, foi criado o PNDH II e em 2009, o PNDH III, atualizado pelo Decreto 7.177, de 12 de maio de 2010, versão em vigência. Em 2003, é criado o Comitê Nacional em Direitos Humanos com a atribuição de elaborar e monitorar o PNDH.

Ancorado nestas perspectivas, esse estudo encontra-se como importante instrumento de múltiplos olhares sobre a temática. Tal possibilidade pode ser desenvolvida devido aos estudos culturais expressados pela “nova história”, que possibilitou o estudo de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” (BURKE, 1992). Assim, exterioriza-se o conhecimento historiográfico que prioriza a construção histórica interessada por potencialmente toda a atividade humana, diferindo da história tradicional que oferece explicações mediadas pela vontade do sujeito histórico. Porque, não existe uma forma única de compreensão da realidade, “nem [...]um ‘único motor’ que determine o desenvolvimento histórico”. (GATTI JÚNIOR, 2009, p. 241).

Nessa perspectiva, a memória histórica de instituições educacionais em Direitos Humanos configura-se como objeto de pesquisa e a memória, como abordagem de estudo, constituindo-se tal categoria uma reação deliberada contra os modelos tradicionais e oficiais, que “olham” a história de cima das estruturas. Em outra perspectiva, a nova



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

história permite um outro olhar a partir dos de baixo, da visão dos participantes reais da história, revelando as estruturas e as infraestruturas, além das mentalidades, constatando-se que essa forma de perceber e escrever a história começou a interessar-se por toda atividade humana. E referindo-se à história da educação, Nóvoa (1999, apud GATTI JÚNIOR, 2009, p. 243) menciona que existe “uma espécie de redescoberta da especificidade das temáticas escolares, do papel dos diferentes atores educativos e da sua experiência; uma tendência às práticas de história intelectual e cultural, a partir de novas concepções teóricas”. Trata-se de uma “revalorização das abordagens comparadas”.

Considerações Finais

O trabalho buscou discutir a formação histórica e alguns momentos da trajetória do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, da UFPB, no recorte histórico de 2007-2015, realizando a reconstituição de estudos, pesquisas, fazeres e práticas efetuados, permitindo um debruçar teórico no que se refere ao campo metodológico da análise histórica e mnemônica, de forma a depreender que as relações entre os direitos humanos, instituições educativas e memória histórica não podem dissociar-se. Essa assertiva é enfatizada, principalmente, no que se refere à pesquisa sobre o período autoritário vivenciado, para que sejam garantidas as condições necessárias à realização do direito e do dever de memória, destacando que as instituições de ensino superior constituem um espaço plural e dialógico, de embates, respeito às diversidades, favorável ao exercício da cidadania.

Constatou-se que o NCDH da UFPB foi criado oficialmente em 2006, e inaugurada sua sede em 2007, mas sua origem remonta ao final dos anos 1989, quando foi criada na UFPB, a CDH, ou seja, quase três décadas de existência. Durante esse percurso, o Núcleo tem exercido importância crucial na promoção/efetivação dos Direitos Humanos,



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

trilhando, no decorrer do trabalho educacional desenvolvido no âmbito da pesquisa, ensino, extensão e gestão, caminhos que orientam para a fraternidade e justiça social .

O Núcleo é um espaço educacional, criado para o desenvolvimento de uma cultura cidadã, uma cultura de respeito à alteridade e à diversidade. Suas práticas educacionais nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, que abrangem também a realização e participação em projetos, eventos e publicações, entre outras, revelam sua relevância para a comunidade universitária e para a Instituição Superior a que está vinculado.

Nesse sentido, e considerando os direitos humanos, compreende-se que estes representam um eixo norteador que parte das necessidades reais da sociedade, realizando-se por meio da efetivação de estudos e de pesquisas que servem de subsídios para a extensão, como no campo da consolidação e concretização da igualdade, no respeito à diversidade e estruturação de uma cultura igualitária. É como afirma Carvalho (2016, p. 5): “a criação do NCDH da UFPB viria atender às demandas da comunidade acadêmica por direitos e educação, na perspectiva de uma cultura de paz no ambiente universitário e social”.

Referências

AQUINO, Luciene Chaves de; SILVA, Josilene Rodrigues da. Memória, história local, vivências e identidade. In: BARBOSA, Rita Cristiana; DANTAS, Fábio de Sousa (Orgs.). **Práticas educativas: culturas e diversidades**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2014. p. 127-143.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh2.pdf>. Acesso em: 14 jun 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh3>. Acesso em: 20 abr.2017.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 2, n.1, p. 104-118, jan./jun. 2018.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

BURKE, Peter. Abertura: a Nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1992. p. 7-37.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. **Memória histórica de instituições educacionais em direitos humanos: o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (2007-2015)**. UFPB: João Pessoa, 2016.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Aprova o Regimento do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Resolução Nº 28, de 30 de junho de 2006. Disponível em: www.sigrh.ufpb.br/consepe. Acessado em 10 de janeiro de 2017.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Cria o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, do Campus I. Resolução Nº 09, de 12 de junho de 2006. Disponível em: www.sigrh.ufpb.br/consuni. Acessado em 10 de Janeiro de 2017.

FERREIRA, Lúcia de Fátima G. Memória e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Maria G, et al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 135-136.

FLORES, Elio C.; FERREIRA, Lúcia de Fátima G.; MELO, Vilma de Lurdes B. **Educação em direitos humanos & educação pra os direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, 372p.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história e a historiografia das instituições escolares. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval. **Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de Histedbr**, 2009, p. 240-258.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed, Campinas: UNICAMP, 2003. p.419-471.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.



MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO, ROSSANA FARIAS QUEIROZ FERRER –
Universidade Federal da Paraíba

VIOLA, Solon E. A. Políticas de educação em direitos humanos. In: SILVA, Aída M. M; TAVARES, C. **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo; Cortez, 2010. p. 15-40.

Recebido em janeiro de 2018
Aprovado em fevereiro de 2018